



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA 3º QUADRIMESTRE/2000

LRF, Art. 55, inciso I - Alínea "a" - Anexo XII

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	jan/00	fev/00	mar/00	abr/00	mai/00	jun/00	jul/00	ago/00	set/00	out/00	nov/00	dez/00	12 MESES	%	NO ANO	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	259.857	248.237	278.910	252.136	278.147	251.364	289.353	264.091	271.755	299.612	302.509	292.125	3.288.096	100,00	3.288.096	100,00
PODER EXECUTIVO																
GASTOS COM PESSOAL DE CARÁTER REMUNERATÓRIO	133.777	124.001	125.900	134.084	142.478	138.813	133.206	183.615	130.728	132.510	134.289	197.370	1.710.773	52,03	1.710.773	52,03
+ Ativos	77.744	68.258	69.753	76.879	82.985	80.335	76.478	103.345	73.994	74.613	76.277	107.446	968.107	29,44	968.107	29,44
+ Inativos	38.630	38.679	38.709	38.720	40.778	40.151	38.878	54.915	38.820	39.082	39.083	58.656	505.100	15,36	505.100	15,36
+ Pensionistas	11.402	11.471	11.594	11.700	11.708	11.776	11.705	17.828	11.733	11.737	11.985	17.756	152.395	4,63	152.395	4,63
+ Obrigações Patronais	6.001	5.593	5.845	6.786	7.008	6.551	6.145	7.526	6.181	7.078	6.943	13.513	85.171	2,59	85.171	2,59
- Indenizações por demissão de servidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Incentivo à demissão voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Decisões judiciais de competência de período anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Florianópolis, 29 de janeiro de 2001

Conforme estabelecido na alínea "c", inciso II, do art. 20 da LC nº 101/2000 – LRF, o limite legal para gastos de Pessoal do Poder executivo é de 49% e o limite prudencial é de 46,55% (art. 22 da LRF). O Poder ou órgão cuja despesa total com Pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima deste limite, deverá enquadrar-se em até dois exercícios, eliminando o excesso a razão de pelo menos 50% ao ano (art. 70 da LRF). Assim podemos observar:

LIMITE LEGAL DE GASTOS DE PESSOAL NO PODER EXECUTIVO = 49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL) = 46,55%
LIMITE DO GASTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 1999 = 60,52%
EXCESSO DE LIMITE (50%) A ELIMINAR NO EXERCÍCIO DE 2000 = 5,76%
EXCESSO DE LIMITE (50%) A ELIMINAR NO EXERCÍCIO DE 2001 = 5,76%
LIMITE DOS GASTOS DE PESSOAL APURADO EM DEZEMBRO DE 2000 = 52,03%
EXCESSO DE LIMITE JÁ ELIMINADO NO EXERCÍCIO DE 2000 = 8,49%

Enquanto o total de gastos com pessoal for maior que o limite prudencial, ou seja, 46,55% (art. 22 da LRF), é vedado ao Poder Executivo:

- Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
- Criação de cargo, emprego ou função;
- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Provisionamento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ACIOLI VIEIRA FILHO
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
AD-DGS-1 MATRÍCULA 023.514-8
CONTADOR CRC/SC 5.339

CARLOS ALBERTO BERTOLDO DOS SANTOS
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

AYLTON A. SACRAMENTO
DIRETOR DE ORÇAMENTAÇÃO

JOÃO PAULO MOSENA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁ

MÁRCIA BALDANÇA SILVEIRA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA,
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Artigo 55, Inciso I, Alíneas "b", da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
Demonstrativo elaborado de acordo com o anexo XIII da Portaria nº 470 de 20/09/2000/STN

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE DE 2000

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
I - DÍVIDA CONSOLIDADA (A)	5.818.023	5.976.527	6.527.015	6.161.746
a - Dívida Mobiliária (Precatórios)	936.887	990.054	604.544	620.920
b - Outras	4.881.136	4.986.473	5.922.471	5.540.826
II - Ativo Financeiro	106.286	142.707	142.973	143.457
a - Disponibilidades (Caixa, Bancos e Aplic. Financ.)	106.286	142.707	142.973	143.457
b - Demais Ativos Financeiros				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (B = I - II)	5.711.737	5.833.820	6.384.042	6.018.289
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	2.704.939	2.934.772	3.201.920	3.288.094
RELAÇÃO DC/RCL (A/C)	2,15	2,04	2,04	1,87
RELAÇÃO DCL/RCL (B/C)	2,11	1,99	1,99	1,83

FONTE: DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

* RCL - APURADA DE ACORDO COM O ART. 2º, § 3º DA LRF (MÊS DE REFERÊNCIA MAIS ONZE ANTERIORES)

OBS.: Conforme a Proposta da União apresentada ao Senado Federal (cfe. art. 30, inciso I da LRF), a Dívida Consolidada Líquida do Estado ao final do 15º exercício financeiro, contado a partir do encerramento do ano de publicação da Resolução, não poderá exceder a duas vezes a Receita Corrente Líquida (art. 2º da Proposta). O eventual excedente apurado no final do último quadrimestre do ano em que for publicado a Resolução pelo Senado Federal, deverá ser reduzido à proporção de 1/15 (um quinze avos) em cada exercício financeiro. Como a Resolução ainda não foi publicada, este dispositivo ainda não está em vigor.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ACIOLI VIEIRA FILHO
DIRETOR DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC 5.339

CARLOS ALBERTO B. DOS SANTOS
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

MÁRCIA BALDANÇA SILVEIRA
DIRETORA DE ADM. FINANCEIRA

AYLTON A. SACRAMENTO
DIRETOR DE ORÇAMENTAÇÃO

JOÃO PAULO MOSENA
DIRETOR DE ADM. TRIBUTÁRIA



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS DE VALORES
Artigo 55, Inciso I, Alíneas "c", da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
Demonstrativo elaborado de acordo com o anexo XIV da Portaria nº 470 de 20/09/2000/STN

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE DE 2000

R\$ MIL

AVAIS CONCEDIDOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO		
		1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
Beneficiários CASAN/CELESC	182.282	188.413	197.309	209.632
FIANÇAS CONCEDIDAS				
Beneficiários				
TOTAL (A)	182.282	188.413	197.309	209.632
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (B)	2.704.939	2.934.772	3.201.920	3.288.094
RELAÇÃO PERCENTUAL (A/B)	6,74	6,42	6,16	6,38

FONTE: DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

OBS.: O montante das Garantias concedidas pelo Estado não pode exceder a 22% a Receita Corrente Líquida anual, de acordo com o art. 8º da Proposta enviada ao Senado Federal pela União em atendimento ao art. 30, inciso I da LRF. O Estado está perfeitamente dentro do limite na concessão das garantias e avais à empréstimos.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ACIOLI VIEIRA FILHO
DIRETOR DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC 5.339

CARLOS ALBERTO B. DOS SANTOS
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

MÁRCIA BALDANÇA SILVEIRA
DIRETORA DE ADM. FINANCEIRA

AYLTON A. SACRAMENTO
DIRETOR DE ORÇAMENTAÇÃO

JOÃO PAULO MOSENA
DIRETOR DE ADM. TRIBUTÁRIA



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUSIVE ARO
Artigo 55, Inciso I, Alíneas "d", da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
Demonstrativo elaborado de acordo com o anexo XV da Portaria nº 470 de 20/09/2000/STN

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE DE 2000

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE	LIMITES	
		VALOR	% DE COMPROMETIMENTO
I - RECEITAS DE CAPITAL	800.116	526.095	16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.116		
Internas	784.096		
Externas	16.020		
II - ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS			
III - TOTAL (A = I+II)	800.116		
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (B)	3.288.094	526.095	
V - RELAÇÃO PERCENTUAL (A/B)	24,33		

FONTE: DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

* RCL - APURADA DE ACORDO COM O ART. 2º, § 3º DA LRF (MÊS DE REFERÊNCIA MAIS ONZE ANTERIORES)

OBS.: O montantes de Operações de Crédito realizadas pelo Estado em um exercício não pode ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida do exercício, de acordo com o art. 4º da Proposta enviada ao Senado Federal pela União em atendimento ao art. 30, inciso I da LRF.

Neste exercício e no exercício de 2001, o Estado irá ultrapassar este limite em função da liberação dos recursos previstos no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações (Federalização do BESS), firmado entre o Estado e a União em 30.09.1999, de acordo com o disposto na Lei 9.494/97, Medida Provisória nº 2.119-60, de 27.12.2000 e Resolução nº 79/99 do Senado Federal.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ACIOLI VIEIRA FILHO
DIRETOR DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC 5.339

CARLOS ALBERTO B. DOS SANTOS
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

MÁRCIA BALDANÇA SILVEIRA
DIRETORA DE ADM. FINANCEIRA

AYLTON A. SACRAMENTO
DIRETOR DE ORÇAMENTAÇÃO

JOÃO PAULO MOSENA
DIRETOR DE ADM. TRIBUTÁRIA



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA 3º QUADRIMESTRE/2000

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b"

R\$ Mil

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		** Disponibilidade Financeira	* Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
LEGISLATIVO	3.333	14	862	(4.848)	587
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	2.521	10	634	(3.166)	355
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	812	3	228	(1.683)	232
JUDICIÁRIO	54.247	4	1.923	(66.705)	1.229
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	54.247	4	1.923	(66.705)	1.229
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	267	240	(6.301)	2.070
EXECUTIVO	256.133	81.135	171.360	(486.845)	84.924
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	190.670	37.023	43.118	(259.091)	19.957
SECRETARIAS	190.670	37.023	43.118	(259.091)	19.957
GABINETE GOVERNADOR ESTADO	4.342	1.436	156	(5.934)	434
PROCURADORIA GERAL ESTADO	14.153	29	3.853	(18.035)	42
GAB. VICE - GOVERNADOR ESTADO	92	9	1	(102)	20
PROCURADORIA GER. J. TC.	605	42	-	(647)	9
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEO	-	4	387	-	-
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDA	16.636	6.992	1.786	(25.415)	938
GABINETE DO SECRETÁRIO - SED	53.872	17.079	19.575	(86.330)	10.791
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDF	949	544	4.526	(757)	3.393
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEA	2.317	172	162	(2.660)	104
GABINETE DO SECRETÁRIO - SES	8.050	2.931	1.609	(12.590)	379
GABINETE DO SECRETÁRIO - SSP	8.618	143	-	(8.763)	-
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEF	54.260	4.752	5.726	(65.401)	1.720
GABINETE DO SECRETÁRIO - STO	255	12	297	505	327
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDM	499	187	82	492	190
GABINETE DO SECRETÁRIO - SJC	596	406	106	(427)	556
POLÍCIA MILITAR	20.092	350	3.185	(23.983)	371
GABINETE DO SECRETÁRIO - SGO	4.765	1.359	702	(6.907)	540
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDE	569	575	966	(2.135)	143
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	65.463	44.112	128.242	(227.754)	64.967
AUTARQUIAS	49.167	10.283	30.973	(124.257)	40.698
IMPrensa OF. EST. STA CATARINA	-	256	321	(710)	132
INSTITUTO PREV. EST. SC	20.971	3.087	4.776	(65.219)	12.931
JUNTA COMERCIAL EST. SC	-	-	12	(7)	325
ADM. PORTO SÃO FRANC. SUL	-	133	1.938	(1.703)	1.108
DEPARTAMENTO EST. RODAGEM	27.065	6.697	23.243	(54.631)	25.494
DEPARTAMENTO TRANSP. TERMINAIS	64	74	410	(648)	696
DEPARTAMENTO EDIF. OBRAS HIDRÁULICAS	1.067	37	273	(1.339)	11
FUNDAÇÕES	3.314	1.575	4.346	(12.017)	1.395
FUNDAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	197	11	240	(448)	426
FUNDAÇÃO CAT. EDUC. ESPECIAL	374	203	79	(679)	138
FUNDAÇÃO UNIV. EST. STA CATARINA	1.478	535	3.584	(8.526)	528
FUNDAÇÃO CAT. DESPORTOS	95	37	80	(139)	85
FUND. CATARINENSE CULTURA	686	645	45	(1.262)	58
FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE	485	145	317	(963)	160
FUNDOS	12.982	32.254	92.924	(91.480)	22.874
FUNDO REAPAREL. JUSTIÇA	1.330	-	4.032	9.171	3.329
FUNDO ESP. JUR. REAPARELHAMENTO	-	1	137	(106)	93
FUNDO EST. DEFESA CIVIL	-	-	118	898	17
FUNDO TERRAS SANTA CATARINA	-	-	128	(131)	1
FUNDO ROT. EST. PESQ. AGROP. SC	-	-	230	(230)	-
FUNDO EST. DESENV. RURAL	1.104	-	-	(562)	235
FUNDO EST. HABITAÇÃO POPULAR	-	-	-	-	-
FUNDO INF. E ADOLESCÊNCIA	5	-	-	99	146
FUNDO EST.ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	72	530	651



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA 3º QUADRIMESTRE

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b"

R\$ Mil

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		** Disponibilidade Financeira	* Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
FUNDO ROTATIVO MATERIAL	-	132	162	(299)	-
FUNDO ESTADUAL SAÚDE	9.379	29.093	68.732	(95.071)	11.888
FUNDO MELHORIA SEG. PÚBLICA	-	2.466	11.488	(2.399)	5.239
FUNDO APOIO DESENV.EMPRESARIAL SC	-	-	1.000	(1.000)	-
FUNDO ESTADUAL TRANSPORTES	-	-	20	(19)	179
FUNDO ESP. PROT. M. AMBIENTE	-	-	-	-	-
FUNDO ROT.PENIT. CURITIBANOS	-	-	-	-	-
FUNDO ROT. PENIT. CHAPECÓ	-	1	-	-	-
FUNDO PENIT. EST. SANTA CATARINA	1.163	241	1.272	1.624	967
FUNDO MELHORIA PM	-	-	5.427	(3.553)	86
FUNDO EST, INCENTIVO A CULTURA	-	320	105	(434)	45
TOTAL	313.713	81.419	174.385	(564.700)	88.810

Florianópolis, 29 de janeiro de 2001

Nota: Neste demonstrativo estão identificados todos os Restos a Pagar, Processados e Não Processados, detalhados por Poder e Órgão.

* Empenhos cancelados, não inscritos por inexistência de disponibilidade financeira.

** Registra o valor da efetiva disponibilidade financeira, o que representa a diferença entre o ativo (Caixa e Banco) e o passivo financeiro no final do exercício.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MÁRCIA BALDANÇA SILVEIRA
DIRETORA DE ADM. FINANCEIRA

ACIOLI VIEIRA FILHO
DIRETOR DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC 5.339

CARLOS ALBERTO B. DOS SANTOS
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

AYLTON A. SACRAMENTO
DIRETOR DE ORÇAMENTAÇÃO

JOÃO PAULO MOSENA
DIRETOR DE ADM. TRIBUTÁRIA